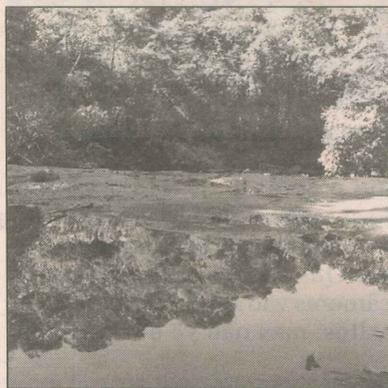


# Governo aprova reserva particular no Caparaó

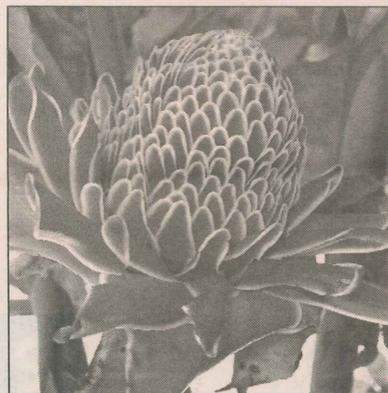
## CENAS



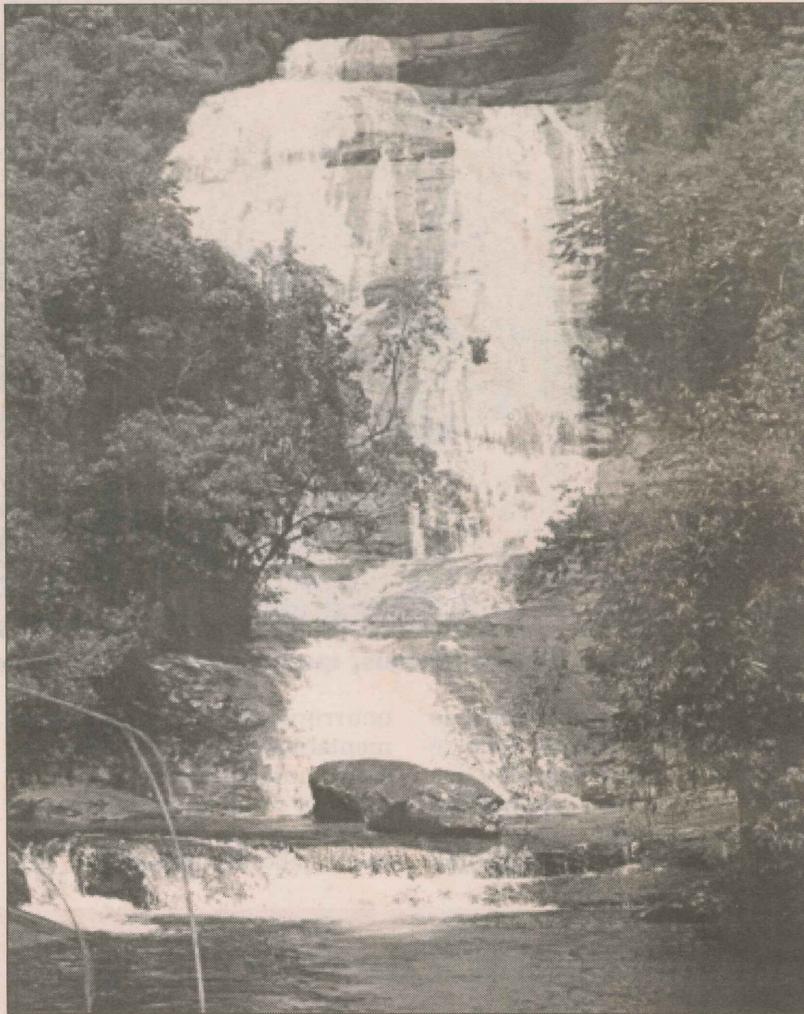
Carlos Minc, Ângela e Severino



Rio que corta as terras



Flor típica da reserva



A Cachoeira Alta, marco natural que deu nome à reserva

## Ecologia é negócio de família

A idéia de criar uma reserva surgiu naturalmente para o casal Severino Righetti e Ângela Bernadeth Righetti. Ele, aposentado, e ela, artesã, compraram em 1999 o terreno em Divino de São Lourenço para investir no negócio de papéis de fibras naturais.

“Primeiro a gente ia para lá só para fazer papel. Depois acabamos construindo uma casa e ficamos por lá”, conta Ângela.

Em 2001, surgiu a idéia de criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). “Nossa filha estava fazendo um curso de gestão ambiental e ouviu falar de um edital da SOS Mata Atlântica para incentivar a criação de RPPNs. Ela sugeriu que a gente fizesse um projeto”, relatam.

A família correu para elaborar o projeto a tempo e conseguiu a aprovação.

Agora, com o certificado da reserva, além do plano de manejo, o casal planeja fazer ainda mais. “Queremos fazer algumas trilhas, alguns pontos para contemplação e talvez um galpão, ou um dormitório, para pesquisadores e estudiosos que queiram fazer projetos lá”, afirma Ângela.

Enquanto isso, o casal continua investindo no negócio de fabricar papel com fibras naturais, como a de taboa e a de bananeira, e também gerencia uma pousada, que fica na parte do terreno que não faz parte da reserva. Eles recebem visitas e dão palestras sobre agronegócio e conservação ambiental.

O certificado da área, em Divino de São Lourenço, foi entregue pelo ministro do Meio Ambiente aos donos

A região do Caparaó, no Sul do Estado, acaba de ganhar sua primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A área, de 19,1 hectares, fica no município de Divino de São Lourenço e foi batizada de RPPN Cachoeira Alta. Os proprietários receberam o certificado da reserva das mãos do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Demorou bastante até que o casal Severino Righetti, 63 anos, e Ângela Bernadeth Righetti, 55 conseguisse o documento. Eles deram entrada no processo para registrar a área no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) em 2001.

A espera de sete anos acabou com um telefonema. “Fomos chamados pelo Ibama a participar de um evento em Petrópolis. Era o lançamento de um projeto do Ministério do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente”, conta Ângela.

Eles aceitaram o convite e foram para a cidade carioca, onde, no dia 13 de setembro, receberam do ministro Carlos Minc o certificado da reserva durante a solenidade.

Segundo o casal, a demora na outorga aconteceu pelo rigor do processo e também por uma mudança nas regras. “Eles passaram a exigir um tipo de medição chamada geodésica para formalizar a reserva”, conta Severino. “Precisava estar bem definido até onde era nossa propriedade e até onde era o Parque Nacional do Caparaó, já que somos vizinhos”, completa Ângela.

Para fazer a medição, eles tiveram o apoio da ONG SOS Mata Atlântica. Durante o tempo em que esperaram a outorga, eles também fizeram um inventário da flora e da fauna do local, que revelou que a propriedade guarda verdadeiros tesouros.

Foram catalogados vários animais que correm risco de sumir do território capixaba, entre aves, como o trinca-ferro, e mamíferos, como a jaguatirica. “Temos também uma família de cerca de 60 muriquis, que são macacos ameaçados de extinção aqui no Estado”, diz Ângela.

Com tudo mapeado, eles contam que será mais fácil dar o passo seguinte. “Nós temos 5 anos para elaborar um plano de manejo para a reserva, mas devemos fazer em menos tempo”, afirma Severino.

GOVERNO,  
A Tur  
e. 1.